



**ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Octogésima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cem da Octogésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 953/23, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 3.015, 3.020 e 3.064/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofícios nºs 1.706, 1.708 e 1.709/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Carta nº 454/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Marcio Fernandes, Coronel David, Pedro Kemp e Zeca do PT. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Henrique, Lucas de Lima, Rafael Tavares e Gerson Claro. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2023, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 174/2023, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 242/2023, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 247/2023, de autoria do Poder Judiciário. Foi pedido vista pela deputada Gleice Jane do Projeto de Lei nº 251/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de José Thomaz; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Lucas de Lima, endereçadas aos familiares de Jeferson Francisco de Oliveira e Odinel Arruda Soares; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares de Deoclécio Pereira de Souza; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Jairo Roberto Mina. Os deputados Pedro Kemp e Gleice Jane requereram o registro de seus votos contrários ao requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, representada por seu comandante-geral, coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, face ao excelente trabalho desenvolvido no desfile de 7 de setembro, último, quando evitou que manifestantes invadissem área reservada a autoridades, e assim garantiu a segurança e a integridade física de todos; requerimento de moção de congratulação, de autoria*

do deputado Rafael Tavares, endereçada à Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, pela brilhante atuação na defesa dos cidadãos no desfile do dia 7 de setembro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao professor doutor Fabrício Fagundes Pereira, pelo seu destacado trabalho no desenvolvimento e utilização de macrobiológicos para o controle biológico de pragas em ambientes agrícolas e florestais; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao engenheiro agrônomo doutor Carlos Reinier Garcia Cardoso, em reconhecimento à sua significativa contribuição e dedicação à agronomia e às práticas sustentáveis no controle biológico; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à atleta Ana Carla Matos Rodrigues, pela conquista do segundo lugar no Campeonato Mundial de Kung Fu, na China; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos alunos Karen Gomes da Conceição e Almir Correia, e aos professores da Escola Estadual Dona Rosa Pedrossian, em Miranda; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Magnífica Reitora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, senhora Elaine Borges Monteiro Cassiano, por sua reeleição, no último dia 6 de setembro; requerimento, de autoria do deputado Coronel David, solicitando a realização de Sessão Solene para a entrega da Medalha Coronel PM Adib Massad, edição do ano de 2023, que será realizada no dia 3 de outubro; requerimentos de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Antonio Vaz, Coronel David, Renato Câmara, Neno Razuk, João César Mattogrosso, Jamilson Name, Renato Câmara e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão, e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de setembro do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida... Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas e servidores desta Casa! Antes de ler o expediente, quero parabenizá-lo pelo lançamento da Corrida dos Poderes, ocorrido ontem. Eu participei do lançamento. Foi muito importante. Acho que vai ser muito bom para todos os poderes e em especial para a nossa Casa de Leis. Temos aqui duas madrinhas, a primeira-dama Kátia Claro, da Assembleia Legislativa, e a primeira-dama do Estado, Mônica Riedel. Todos os poderes estão participando da corrida. O período de inscrições começou hoje, às 8 horas. Algumas pessoas não têm condições de correr 5 quilômetros, mas estão se inscrevendo para correr 3 quilômetros. Eu conheço uma pessoa que tem um problema no joelho, e ela disse para mim que vai participar assim mesmo. Poxa! Eu ia correr três quilômetros, agora vou correr 5 quilômetros, porque eu não tenho problema no joelho. Já pensou se ela ganha de mim, mesmo com problema no joelho? Fica ruim para mim. Leitura do expediente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de setembro de 2023: Ofício nº 933/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3610/2023); Ofício nº 3.085/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 3872/2023); Ofício nº 28/2023, da Federação dos Trabalhadores em

Educação de Mato Grosso do Sul, encaminhando pedido de direito à meia-entrada em estabelecimentos de lazer e entretenimento. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agora, nós vamos passar o vídeo do lançamento da Corrida dos Poderes. O deputado Rafael Tavares já se inscreveu nos 10 quilômetros. O período de inscrição foi aberto hoje. [Exibição do vídeo institucional]... Quem vai correr, principalmente os 10 quilômetros, já pode se inscrever. Vamos fazer bonito na corrida. Minha medalha está garantida. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, colegas deputados, eu trago dois projetos de lei. Primeiro. Projeto de lei que dispõe sobre o Programa de Gestão Emocional Durante a Gestação, para Diagnóstico e Tratamento Preventivo da Depressão na Gravidez, nas redes públicas e privadas de saúde de Mato Grosso do Sul, e institui a Semana de Prevenção e Combate   Depressão na Gravidez. "Fica criado, nas redes públicas e privadas de saúde, o Programa de Gestão Emocional para Diagnóstico e Tratamento da Depressão na Gravidez, para detectar a propensão ao desenvolvimento de depressão pós-parto, considerando-se os fatores de risco." Para acesso a essa política, deverão ser considerados o entendimento e o conceito dados pelo Ministério da Saúde, que entende por depressão a doenç a que afeta o estado emocional da pessoa, que passa a apresentar os sintomas. A depressão na gravidez é entendida como a manifestação dos sintomas em qualquer momento da gestação. A gestação e a chegada do beb  normalmente são momentos muito felizes para a mulher. Mesmo constituindo uma experiência excitante, recompensadora, ela tem um lado que pode ser difícil e estressante. Na gestação, a mulher sofre mudanç as físicas e emocionais, que podem deixá-la triste, ansiosa, confusa ou com medo. Em muitas mulheres, esses sentimentos são passageiros; mas, quando os sintomas não cessam rapidamente, eles se agravam e podem levar à depressão. Uma condição s ria que, segundo a OMS, acomete 20% das novas mães no período da gestação. Requer tratamento médico imediato. Tem como principais sintomas: choro incontrolável, perda de memória, apatia, falta de interesse no beb , irritação, ins nia, sentimento de culpa, medo de machucar o beb , medo de se machucar, fadiga, tristeza constante, confusão, falta de concentração, falta de desejo sexual e distúrbios do sono ou do apetite. Segundo projeto. Projeto de lei que institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Conscientização sobre a Cardiopatia Cong nita. "Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei n  3.945, de 4 de agosto de 2010, a Semana de Conscientização sobre a Cardiopatia Cong nita, a ser realizada anualmente na semana do dia 12 de junho, semana que abarca o Dia Nacional da Conscientização da Cardiopatia Cong nita". A semana de que trata esta lei tem como objetivo debater assuntos relacionados com a cardiopatia cong nita, promover a troca de experiências e informações sobre o assunto entre profissionais, pacientes e sociedade em geral, abrir espaço para os profissionais ligados à área da saúde apresentarem novos estudos e pesquisas sobre a cardiopatia cong nita, realizar a oes em parceria com profissionais da saúde voluntários para a concentração da população, realização de atendimentos, exames e palestras. O Governo do Estado poderá notificar os demais órgãos públicos do estado sobre a necessidade de realização de atividades que contribuam para a

informação sobre a cardiopatia congênita. As cardiopatias congênitas são o tipo mais comum de má formação congênita, e afetam cerca de um em cada cem bebês nascidos vivos em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a detecção precoce é crucial para garantir o tratamento adequado e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Durante a semana da conscientização da cardiopatia congênita, podemos enfatizar a importância dos exames pré-natais e neonatais, bem como o acesso a serviços de saúde especializados no diagnóstico precoce. É fundamental que os pacientes e suas famílias estejam cientes das opções de tratamento disponíveis e dos recursos de apoio. A semana de conscientização fornece informações sobre as melhores práticas médicas e os serviços disponíveis em nosso estado, além de abrir portas para que profissionais voluntários possam realizar ações benéficas para a população, sem a geração de ônus para o nosso estado. Também é importante ressaltar que as famílias que lidam com cardiopatias congênitas, muitas vezes, enfrentam desafios emocionais, financeiros e logísticos. A semana de conscientização pode servir como uma plataforma para conectar as famílias, compartilhar histórias de sucesso e fornecer informações sobre o grupo de apoio. Diante do exposto, acredito que a instituição da Semana de Conscientização sobre a Cardiopatia Congênita é um passo crucial na promoção da saúde pública, no apoio às famílias afetadas e na prevenção de complicações graves. Conto com o apoio dos parlamentares para a aprovação deste projeto, que trata de benefícios inestimáveis para a população. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pelas redes sociais e pela TV Assembleia! Eu trago uma indicação minha e do deputado Pedrossian Neto. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a implantação de uma ciclovia na avenida João Pedro Pedrossian, no município de Miranda. A referida avenida é muito importante, já foi a entrada da cidade; e como relata também o deputado Pedro Pedrossian, ela era a espinha dorsal da cidade. Hoje, ela precisa ser revitalizada. Esta indicação atende ao pedido do Fábio Almeida, do Assunção, de várias lideranças e de pessoas que utilizam a avenida. Este pleito merece atenção especial do governo do estado. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Junior, diretor-presidente da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab), solicitando a realização de estudos no sentido de elaborar e articular, em parceria com o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, um programa estadual de prevenção e promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. Justificativa. Nós estamos no mês de setembro, reconhecido como o mês de prevenção

ao suicídio. E nesta oportunidade é importante chamar atenção para o tema da saúde mental do trabalhador, tendo em vista o crescente aumento de casos de depressão e, conseqüentemente, de tentativas de suicídio estimado por situações decorrentes no mundo do trabalho. Ontem, inclusive, a imprensa noticiou que, a cada cinco horas ocorre uma tentativa de suicídio. De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde publicado em junho de 2022, em 2019 um bilhão de pessoas viviam com transtornos mentais; além disso, 15% dos adultos em idade laboral sofreram com algum transtorno mental. O trabalho amplifica questões sociais que afetam negativamente a saúde mental, incluindo discriminação e desigualdade. O bullying e a violência psicológica, também conhecidos como assédio moral, estão entre as principais queixas de assédio no local de trabalho, impactando negativamente a saúde mental. Como falar de saúde mental ainda é um tabu nos ambientes de trabalho em todo o mundo, cabe ao poder público amplificar os debates em torno do tema, uma vez que a prevenção passa pelo processo de identificação dos fatores que mais oprimem os trabalhadores e trabalhadoras. A proposta é que seja estudado pelo Governo, por meio da Funtrab, um conjunto de medidas práticas para empregadores e trabalhadores e suas organizações nos setores público e privado, com o objetivo de promover a prevenção de riscos à saúde mental, proteger e promover a saúde mental no trabalho e apoiar as pessoas com condições de saúde mental, para que possam participar e prosperar no mundo do trabalho. Com essas ações, os debates em torno do tema passariam a ser tratados com menos preconceito, possibilitando avançar no processo de construção de uma cultura de prevenção em torno da saúde mental no trabalho. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, colegas deputados e pessoas que acompanham a nossa Sessão! Eu venho à tribuna para apresentar algumas proposições. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XXVI, do Regimento Interno, que seja enviada moção de congratulação aos familiares de Dalton Derzi Wasilewski, em razão da entrada em vigor da Lei Federal nº 14.669/2023, que denomina rodovia BR-060 no trecho da divisa com o estado de Goiás até Chapadão do Sul. Justificativa. Dalton Derzi morreu, aos trinta e seis anos, no dia 25 de dezembro de 2013, depois de perder o equilíbrio da moto que conduzia, no Jardim São Bento, em Campo Grande. Nascido em Ponta Porã, Dalton era integrante de um clube de motociclistas cujo membros se encontravam regularmente para confraternizações, passeios e trabalhos de caridade. Após sua morte, os colegas do clube o homenagearam adotando suas iniciais como nome do grupo (DDW Motorcycle). Se aprovada, a moção deverá ser encaminhada aos seus filhos Valentina Derzi e Ian Derzi, na travessa Batatais, nº 81, Jardim TV Morena. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, inciso VIII, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja autorizada a realização de reunião da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração, no dia 2 de outubro de 2023, com a presença de representantes da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) e da Concessionária CCR MSVia, para esclarecimento e debate sobre os critérios, condições e obrigações que envolvem a repactuação da concessão da rodovia BR-163, em Mato Grosso do Sul. Em continuação da audiência

pública realizada no dia 21 de março 2023, na qual a ANTT apresentou um projeto da Rota do Pantanal, trecho norte, e da Rota do Tuiuiú, trecho sul, em razão das recentes alterações promovidas no contrato de concessão, como a possibilidade jurídica de repactuação do instrumento, justifica-se a realização da reunião da Comissão de Infraestrutura, ouvidas as entidades e técnicos interessados, para o debate claro e transparente acerca dos procedimentos que estão sendo discutidos em nível federal, mas que impactam diretamente o estado de Mato Grosso do Sul. Solicita-se que a reunião seja realizada, em princípio, no dia 2 de outubro, às 14 horas, no Plenário Júlio Maia, com apoio e cobertura jornalística, fotografia, transmissão ao vivo, cerimonial, microfone, segurança, água, café, projetor, técnico de som e operação de vídeo. Quero convidar o nosso colega Paulo e os demais parlamentares que estiverem interessados no tema, a estarem conosco. Ontem, eu e o deputado Junior Mochi, depois da conversa que tivemos com o governador, a CCR MSVia e na ANTT, fizemos uma vídeoconferência com os dirigentes da CCR MSVia; e na conversa inicial eles se aprofundaram no projeto de repactuação. E eu disse a eles: nós precisamos ampliar o debate e convidar o colegiado dos deputados da ALEMS para debatermos sobre a repactuação da BR-163. E eles se dispuseram a estar conosco na primeira semana de outubro, para falar da repactuação de cerca de 7 bilhões de reais de investimento. Então, nós traríamos o governo, a OAB, empresários, produtores rurais, sindicatos dos trabalhadores, membros da sociedade civil organizada e todos que tenham interesse em discutir este tema. Apenas isso, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Reinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas e senhoras e senhores que prestigiam a nossa Sessão. Ontem à noite, presidente, eu representei Vossa Excelência e os demais colegas no 'II Simpósio de Doenças Raras', que aconteceu no Teatro Glauce Rocha, na Universidade Federal. E quero destacar a importância desse evento. Eu nunca imaginei que houvesse mais de sete mil doenças raras catalogadas, que treze milhões de pessoas são acometidas por algum tipo de patologia rara e que o Hospital das Clínicas, em São Paulo, é uma referência nacional em doenças raras. Foi muito bom estar com o Magnífico Reitor Marcelo Turine e com a diretoria da Apae no evento. Portanto eu quero apresentar uma moção de aplauso à Apae, que tem sido realmente um instrumento de bênção para o Brasil. Sou parceiro da Apae, e sei que outros colegas e Vossa Excelência também têm sido colaboradores daquela instituição tão importante. Mesmo assim, muita gente, muitas pessoas aqui da nossa cidade e do nosso estado não têm noção do que a Apae tem feito. A Apae tem como diagnosticar patologias que nem o Estado brasileiro consegue diagnosticar. É com alegria, portanto, que vou apresentar uma moção de aplauso à Apae, na pessoa do presidente Luiz César Nocera. E faço menção também a um amigo fisioterapeuta, doutor em reabilitação, o professor Paulo Henrique Muleta, que foi uma das pessoas que insistiram para nós comparecermos ao evento. Foi uma noite muito agradável não somente para a comunidade científica, mas também para toda a sociedade sul-mato-grossense. Por último, vou colocar sobre a mesa uma indicação à prefeita municipal de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Obras, Domingos Sahib, solicitando a manutenção da infraestrutura dos bairros de Campo Grande. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu quero (com todo respeito não só a Vossa Excelência, mas também aos colegas deputados e deputadas) solicitar que seja feito um trabalho com os prefeitos e as prefeitas no sentido de agilizar a comunicação com o pessoal da agricultura familiar, assentados, assentadas, quilombolas, indígenas, de modo que todos se dirijam às suas respectivas prefeituras e se inscrevam no Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR). Vejam o que Rio Negro está fazendo. Constituiu uma equipe de trabalho, está visitando todos os assentamentos e pedindo para aqueles que eventualmente não possuem moradia em seu lote, em sua propriedade da agricultura familiar, realizarem o cadastro. Deputado Pedro Kemp, em nosso estado, o presidente Lula fez uma ampliação no PNHR; ele aumentou de duas mil unidades para 5 mil unidades habitacionais. Quero pedir que os nobres pares conclamem seus prefeitos e prefeitas a mobilizarem equipes e trabalhem nos assentamentos, nas pequenas propriedades, na agricultura familiar. A intenção é que todos realizem a inscrição no programa, para terem acesso ao financiamento ou construção de suas casas com recursos do Governo Federal. Bem, agora eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia MS-156, no trecho de acesso ao assentamento Santa Clara, no município de Juti. Tal pavimentação vai beneficiar aproximadamente oitenta famílias de agricultores familiares. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de saúde indígena do Ministério da Saúde e ao coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, solicitando a disponibilização de recurso para a continuidade dos serviços de ampliação da rede de distribuição de água na comunidade indígena aldeia Passarinho, localizada no município de Miranda. Este pedido foi enviado ao meu gabinete pelo cacique da referida aldeia, senhor Dirceu Marcos Justino, com quem, além dos outros caciques, me reunirei amanhã de manhã na aldeia Argola. Era o que tinha. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Senhor presidente, senhores parlamentares, população que nos assiste, bom dia! Quero cumprimentar, de modo especial, o comandante e o subcomandante do 6º Agrupamento do Corpo de Bombeiros do Parque dos Poderes, os quais estão prestigiando a nossa sessão. Quero também apresentar uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Sérgio Jesus Dias Oliveira, por seu falecimento, ocorrido em um trágico acidente entre os municípios de Coxim e Sonora, na noite do dia 7 de setembro, deste ano. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos termos que se seguem. Pela ordem, presidente. Quero aproveitar o momento para convidar os senhores parlamentares para participarem de uma audiência pública no próximo dia 18, que será realizada em parceria com o Detran, aqui nesta

Casa, para discutirmos sobre acidentes de trânsito e seus impactos em nossas vidas. A Semana do Trânsito se inicia no 18, então nós a abriremos em uma audiência aqui nesta Casa, discutiremos e encaminharemos alternativas para a redução deste problema que afeta todas as políticas públicas relacionadas aos acidentes de trânsito.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queremos registrar e agradecer a presença do senhor Josemildo do Nascimento, o vereador Ceará do PT, do município de Nova Andradina. Agradecemos a presença do senhor, em nome da bancada do PT. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, trago mais uma reivindicação dos douradenses. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agehab municipal, senhor Diego Zanoni Fontes, e ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, por cópias autônomas, solicitando a realização de vistoria estrutural e manutenção do condomínio Residencial Ildelfonso Pedroso, no município de Dourados. Esta reivindicação foi enviada ao nosso gabinete pelos moradores do referido condomínio, localizado na rua Renê Miguel, nº 1.050, que foi afetado pelas fortes chuvas e ventos ocorridos recentemente na cidade. Precisamos tomar providências quanto a isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 04774/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04775/2023). De autoria do deputado Coronel David: um requerimento (Prot. nº 04762/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 04770/2023, 04772/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 04764/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 04758/2023, 04759/2023, 04760/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04761/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 04768/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 04765/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: uma indicação (Prot. nº 04756/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um requerimento (Prot. nº 04767/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04766/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 04771/2023, 04773/2023).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero repercutir dois pontos que estão em discussão no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. Penso que as de liberações que estão sendo feitas por lá interferem na vida da população. Portanto não podemos simplesmente considerá-las como coisas menores. Primeiro quero me referir ao julgamento do primeiro réu dos chamados atos antidemocráticos, atos golpistas, que aconteceram no país no dia 8 de janeiro deste ano. Ontem, o ministro Alexandre de Moraes proferiu seu voto no caso do réu chamado Aécio, e foi muito preciso ao elencar uma série de comportamentos que devem ser reprovados numa democracia, num

Estado Democrático de Direito. O senhor Aécio pertencia a um grupo político que tinha claramente o objetivo de não aceitar o resultado das eleições, o resultado que consagrou a vitória do presidente Lula, e de organizar aqui no país um movimento que levaria a um golpe de estado, a uma intervenção militar, como eles mesmos o chamavam. E o ministro Alexandre de Moraes, em seu voto, lembra muito bem que esse tipo de crime é muito grave e que não pode ser simplesmente menosprezado ou minimizado. O que de fato aconteceu neste país foi uma tentativa de ruptura da ordem democrática, uma tentativa de pôr fim à democracia neste país, não reconhecendo o resultado das eleições, e uma implantação de um regime ditatorial, um regime militar no Brasil. E é importante dizer que a pena e a multa sugeridas pelo relator foram consideradas por alguns bastante severas, mas nós precisamos aqui fazer uma reflexão sobre o que significou o movimento do dia 8 de janeiro. Além de ser uma tentativa de golpe de estado, de ruptura democrática, vandalizou a sede dos Poderes: Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto. Os prejuízos foram não apenas financeiros, mas também de ordem cultural. O que aqueles vândalos fizeram foi totalmente inadmissível. Mas o que me chamou a atenção foi o voto do ministro Nunes Marques, indicado pelo ex-presidente Bolsonaro. Chega a ser constrangedor ter um ministro na Suprema Corte que profere um voto daquele. Acho que mesmo um acadêmico de Direito não cometeria um impropério, um despropósito daquele. O que fez o ministro Nunes Marques? Ele minimizou o movimento dizendo: "O golpe não se concretizou; então por que condenar uma pessoa pela tentativa de um crime que não se realizou?" Deputado Junior Mochi, Vossa Excelência, que é um excelente advogado, acredito que concordaria com o ministro Alexandre de Moraes, que disse o seguinte: "Se o golpe tivesse se concretizado, nós ministros da Suprema Corte não estaríamos aqui; as onze cadeiras do Supremo, quem sabe, estariam ocupadas por generais." O ministro Nunes Marques proferiu um voto ridículo, minimizando os atos golpistas e dizendo: " Olhe, não dá para condenar a pessoa, porque o golpe não se concretizou." Aí ele reduz a pena de dezessete anos para dois anos e meio, e reduz a multa pela metade. Acho que isso é grave, porque dá uma carta branca, como disseram hoje os repórteres da Globo News, para quem quiser atentar contra a democracia no Brasil. "Vocês não concordam com o Estado Democrático de Direito? Então vão lá, quebrem a Assembleia Legislativa, quebrem o Supremo Tribunal Federal, façam a arruaça que quiserem; depois a gente estabelece uma multinha para vocês e fica tudo como era antes, no quartel de Abrantes". Eu penso que o julgamento vai continuar hoje. Vamos ver o voto do ministro Zanin, que tem nos decepcionado muito! Ele está voltando mais com os ministros indicados pelo Bolsonaro do que nós esperávamos. Nós esperávamos que ele tivesse posições mais progressistas. Mas vamos ver como ele vai votar hoje. Esperamos que o julgamento aqueles que tentaram derrubar a democracia do país, que tentaram não reconhecer o resultado das urnas, que tentaram implantar a ditadura militar no Brasil, sejam duramente penalizados, que sejam condenados exemplarmente, para que aquilo nunca mais se repita em nosso país.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado pelo aparte. Bom dia a todos que acompanham a nossa Sessão! Primeiramente, quero dizer que fico

muito feliz e que compactuo com os comentários de Vossa Excelência sobre se condenar atos de vandalismo. Mas é uma pena que, quando o MST invadiu o Ministério da Agricultura, pichou o saguão e quebrou a porta de vidro do local, o PT não pediu a condenação dos manifestantes. Outra coisa, ontem, acompanhando o julgamento do dia 8 de janeiro, vi que o ministro Alexandre de Moraes condenou a dezessete anos de prisão uma pessoa que estava lá no dia 8. Eu não vou defender atos de vandalismo. Porém, quero dizer que o fato de uma pessoa ficar presa durante dezessete anos acaba com a vida e com a família dela. E aí dizem que ela estava praticando atos de vandalismo, não é? Eu não me lembro de algum manifestante ter ficado preso durante uma hora, duas horas, pelo menos um dia, quando a esquerda cometeu atos de vandalismo. Mas, como a pessoa que foi julgada ontem está do outro lado do espectro político, na cabeça de um ministro ela merece ficar presa durante dezessete anos. O mesmo ministro que, junto com seus colegas, mandou soltar um traficante chamado André do Rap, um traficante de drogas, pessoal! Eu vou colocar aqui algumas informações, para que vocês tenham ideia do absurdo que acontece em nosso País. A Eliza Matsunaga, que foi condenada por picotar o marido, ficou presa durante dez anos. Ela picotou o marido e o colocou numa mala. Dez anos presa. E o cara que quebrou uma vidraça em Brasília no dia 8 de janeiro vai pegar dezessete anos de cadeia. A Ana Carolina Jatobá, esposa do Nardoni, que jogou a filha dele pela janela do apartamento, pegou quinze anos de cadeia...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu quero dizer que o aparte tem um tempo; a gente não está controlando ainda, mas vamos contribuir, por favor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Porque senão não sobra nada para eu rebater.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São três minutos, me parece, o aparte.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Para concluir. Mais um minuto. A Justiça concedeu liberdade condicional para o goleiro Bruno, que mandou matar a amante, aquela que foi comida por um rottweiler. É o cara que quebrou uma vidraça em Brasília vai pegar dezessete anos de cadeia. Então, eu gostaria muito que o deputado condenasse também o MST, que quebrou vidraça em Brasília; e não somente as pessoas da direita. Muito obrigado pelo aparte, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não posso condenar ninguém, deputado, porque eu não sou juiz. Agora, o MST faz protestos e manifestações para reivindicar a reforma agrária. É diferente de quem vai a Brasília e quebra tudo para reivindicar a instalação da ditadura militar. Vossa Excelência compara crimes disso e crimes daquilo tentando minimizar o crime de tentativa de golpe de estado. Não tem que minimizar isso, não. A meu ver, dezessete anos de cadeia é pouco. Atos golpistas têm de ser duramente punidos, para que não se repitam. O que é isso? Reivindicar (primeiro que é burrice, não é?) uma intervenção militar constitucional é um absurdo. Aliás, como

se isso existisse na Constituição. "Ah, quando um grupo de pessoas não concordar com o resultado das urnas, ele pode pedir intervenção militar no país!". Não existe. Não existe. Agora, o que aconteceu foi muito grave, muito grave. Inclusive, o ministro Alexandre de Moraes, ao proferir seu voto, disse o seguinte: "O golpe só não se concretizou porque o Exército não aderiu ao movimento." Se o Exército tivesse aderido, teriam tomado o poder e acabou. Feche o Congresso. Feche o Supremo. Então, como o Exército não aderiu ao movimento, o golpe não aconteceu. Não aconteceu mas ele estava em curso, estava em curso uma tentativa de golpe no país que se iniciou quando os vândalos ocuparam a frente do CMO aqui em Campo Grande; quando ocuparam a frente do quartel do Exército em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília e em várias outras cidades e estados. E aqueles movimentos não foram reprimidos. "Fiquem aí fazendo churrasco, fazendo manifestação, cantando o Hino Nacional diante de pneu, batendo continência para pneu." Então, os movimentos não foram reprimidos, e culminaram no 8 de janeiro. Acho importante lembrarmos das imagens das pessoas. Houve até um manifestante que abaixou as calças e ficou de cócoras no Supremo, no Palácio do Planalto, não sei onde. Tudo lindo. Agora, quando o MST se manifesta, pede a reforma agrária, não um golpe militar no país.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pois não. Três minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço pelo aparte. Vou contar o tempo. Mas Vossa Excelência não fez o mesmo quando lhe concedi um aparte ontem.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É que o sistema agora está funcionando.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Ah! Perfeitamente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ontem ele ainda estava em teste.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então, vamos computar o tempo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São 10h20min.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Pedro Kemp, eu quero dizer a Vossa Excelência que a culpa pelo que aconteceu é nossa, é dos políticos. Foi colocado na Legislação Eleitoral que, para dar garantia e segurança ao sistema eleitoral, a votação seria impressa. Isso foi retirado. O tema voltou ao Congresso. Houve intervenção da justiça, porque é caro colocar urna com voto impresso. E se alguém vai ser prejudicado com isso, esse alguém é a própria Justiça Eleitoral, que, aliás, tem um orçamento bilionário. As pessoas se esquecem de dizer. Golpe, pegando em armas? É aquilo que a 'cumpanheira' Dilma aprendeu a fazer em Cuba com o Marighella. Golpe tem arma. As pessoas que estiveram em frente ao Supremo Tribunal Federal e à Praça dos Três Poderes portavam Bíblias, deputado Pedro Kemp; elas dobravam os joelhos. A arma mais forte que elas tinham, para que o país tivesse a sua normalidade restabelecida, era os joelhos dobrados em oração. Agora, é muito estranho, deputado

Pedro Kemp, a gente ver o general que tomava conta de tudo se calar na CPI e levar pessoas para quebrar vidraça; ele abriu a porta para as pessoas; esperaram a hora de pegar o close certo de um manifestante arrombando a Presidência da República... Eu não conheço aquele rapaz, não tenho nenhum tipo de vínculo com ele. Agora, se ele fez algo errado, se ele praticou um crime, ele tem de ser punido pelo crime que ele cometeu, que é depredação de patrimônio público, invasão de patrimônio público, enfim. Agora, uma condenação de 17 anos, sendo 15 anos em regime fechado, não é o tipo de condenação que o Supremo Tribunal Federal aplicou para o André do Rap, para o Cesare Battisti, para o Cacciola, que pegaram *habeas corpus*, liminares, e fugiram do país. Aqueles manifestantes do 8 de janeiro estão sendo julgados com base numa legislação de terrorismo. E um dos maiores líderes daquela movimentação era uma senhora, que seria capaz de presidir o Brasil, a irmã Hilda, deputado Pedro Kemp. Então, as coisas estão desproporcionais. A ordem tem de ser aplicada. O deputado Rafael Tavares veio aqui e disse que os maiores matadores de crianças, os maiores narcotraficantes da história não recebem a pena que aquele pai de família está recebendo. É isso que está errado. Ninguém aqui quer defender criminoso. Nós fomos à frente do CMO. Eu fui lá diversas vezes e tenho meus discursos, deputado Pedro Kemp. O Código Penal autoriza a crítica aos Poderes. Independentemente se políticos...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Mas não pedir golpe, não é?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... Independentemente se membros do Judiciário, cabe a nós orientar a população. O maior problema, deputado Pedro Kemp, é que o Supremo Tribunal Federal — talvez por covardia do Congresso — entrou em determinados temas nos quais não deveria ter entrado. Vários juristas criticam a atuação e a judicialização da política. O problema está em nós. A população espera da política as respostas. Nós agentes políticos temos que orientar as pessoas. Então, deputado Pedro Kemp, que as pessoas sejam julgadas pelo sistema, pelo Código Penal, que julga os políticos, que julga os traficantes, que julga os matadores, cada um com a devida pena.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Um aparte, deputado? Eu passei a presidência para o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou permitir, presidente, mas, antes disso, eu vou comentar a fala do jovem deputado João Henrique em que ele citou a ex-presidente Dilma. Eu tenho muito respeito e admiração pela Dilma. Ela é uma mulher decente. Aliás, sabe por que ela caiu? Caiu porque não aceitou fazer acordos com o centrão, que é um câncer. O centrão é um câncer neste país. A propósito, o Congresso Nacional, com as devidas exceções, é uma vergonha. Partidos estão lá negociando com o presidente Lula. Ora, eles fizeram campanha para o Bolsonaro e agora querem ministérios! Isso é o cúmulo do oportunismo! Para mim, muitos ali são desprezíveis! E outra coisa, agora estão fazendo uma minireforma eleitoral mais casuística possível. Que vergonha! Ontem uma deputada lá disse: "Isso aqui é um escárnio!". Olhe só! O Congresso Nacional vota uma lei eleitoral, descumpra a lei na época da eleição, deputado Paulo Corrêa, agora quer anistiar. "Daqui para trás está tudo perdoado. Vamos fazer diferente daqui para frente". Isso é uma vergonha! Não cumprem a legislação, depois querem anistia. Mas eu quero comentar sobre a Dilma. A Dilma

pertenceu a movimentos de esquerda, foi presa por lutar contra a ditadura militar; foi presa porque lutava para derrubar a ditadura militar. Ela é muito diferente desse tal de Aécio, que estava em Brasília quebrando as coisas e pedindo a volta da ditadura militar. Quero, mais uma vez, enaltecer a nossa ex-presidente Dilma, aquela mulher honrada, honestíssima, como disse o Michel Temer; uma mulher que lutou bravamente contra a ditadura militar neste país. Concedo um aparte ao nosso presidente, que sempre tem colocações muito precisas, muito certeiras, às vezes até um pouco duras, mas isso faz parte do debate.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nobre deputado, eu agradeço o aparte. Eu estava prestando atenção no debate, e como advogado que sou, como uma pessoa que acredita na democracia, não tenho dúvida de que o vosso discurso, no que diz respeito à defesa da democracia, é salutar, é saudável, é fundamental para a República Brasileira. Mas eu tenho muita preocupação com algumas coisas que, a meu ver, estão erradas. Primeiro. Quando a gente tem de vir ao Parlamento para discutir uma decisão judicial, é porque já existe alguma coisa errada. Decisão judicial tem de ser considerada em processo, nobre jornalista Manoel Afonso. Quando a gente deixa de discutir decisão judicial em processo, é porque o Poder Judiciário, de alguma forma, está extrapolando o seu papel ou não está cumprindo o seu papel. Quando o Parlamento se ajoelha diante de decisões judiciais que interferem diretamente na democracia, é porque também se ajoelha diante de tais decisões. Eu vou fazer um recorte da fala do senhor. Vossa Excelência disse: "Vamos ver como é que vão votar o ministro tal, que é do Bolsonaro, e o outro, que é do Lula". Para mim, esse é um erro crucial. Não existe ministro do Bolsonaro, assim como não existe ministro do Lula; existe ministro do STF. O ministro não tem de votar como pensa o Bolsonaro, o Lula, a Dilma ou o Alexandre de Moraes; o STF tem de votar como manda a Constituição. E se a Constituição não estiver atendendo às demandas da sociedade, ela deve ser mudada por um Parlamento Constitucionalista. Nós estamos invertendo algumas coisas. Quando o Parlamento deixa de exercer sua função precípua, começa a discutir decisão judicial. Isso me preocupa. Eu brinquei com Vossa Excelência aqui dizendo que 'pau que bate em Chico, bate em Francisco'. Mas eu fico preocupando quando há manifestações em defesa de golpe. Sou absolutamente contra golpe e governo militar; eu sou absolutamente democrático. Nesse ponto eu estou com Vossa Excelência. Mas me preocupa o fato de o STF assumir o poder e começar a se esquecer da estátua da justiça. A estátua da justiça, que fica em frente ao Fórum, está vendada para não ficar olhando para o que está acontecendo na sociedade e olhar apenas para o que há no processo. Mas eu quero dizer que Vossa Excelência traz a esta Casa um debate importante sobre o Congresso. Precisamos fortalecer o Parlamento e defender o que a Constituição estabelece.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Não concordei com tudo que o senhor disse. Mas, veja bem! Infelizmente acontece isso... Os votos, por exemplo, dos ministros Nunes Marques e André Mendonça são previsíveis, porque eles são alinhados com o ex-presidente Bolsonaro, e a gente já sabe como eles vão votar. Agora, concordo com Vossa Excelência, o ministro do Supremo Tribunal Federal tem de votar, tem de julgar de acordo com a Constituição, e não com o chefe que o indicou ao Supremo. Agora, presidente, eu concordo em gênero, número e grau com a premissa que diz que a pior das democracias é melhor do

que a melhor das ditaduras. Deputado João Henrique, nós podemos discordar, podemos esbravejar, podemos concordar; mas sempre respeitando a decisão da maioria. E vamos continuar disputando as eleições, ganhe quem ganhar. Embora Vossa Excelência questione um pouco o sistema das urnas eletrônicas, dizendo que o voto deveria ser impresso etc., até hoje ninguém conseguiu comprovar a existência de fraude nas urnas eletrônicas. Nós mesmos fomos eleitos pelas urnas eletrônicas. Vossa Excelência foi eleito pela urna eletrônica. Como vamos questionar isso agora? Ou então nós deveríamos dizer: "Não vamos assumir o nosso cargo, porque o sistema não é confiável!". Vamos debater. Democracia é assim. Uns concordam com certas coisas, outros discordam; mas vamos reconhecer a decisão da maioria.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mais um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo mais três minutos a Vossa Excelência. Na primeira vez, Vossa Excelência excedeu dois minutos. Mas espero que agora o senhor fique nos três minutos. Agora são 10h33min.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu estou de olho, deputado Pedro Kemp. Com relação às urnas eletrônicas ou ao voto eletrônico, eu não sou contra, sou favorável. Mas eu acredito que o comprovante impresso do voto transmitiria maior segurança ao sistema eleitoral; como acontece em qualquer sistema de compra que envolve uma máquina. Um comprovante físico traz maior segurança ao processo. Acho que não há problema nisso. A legislação previa isso. Nós vetamos isso por uma questão financeira. Mas eu quero pegar uma fala bem acertada do deputado Gerson Claro. O que nós dizemos neste Parlamento ecoa em Brasília, ecoa nos gabinetes dos nossos colegas deputados federais e senadores. Eles precisam começar a rever o papel do Parlamento. A nossa Constituição Federal foi feita como parlamentarista mas entregaram uma presidencialista. Está faltando protagonismo da parte do Parlamento, quando ele permite, deputado Pedro Kemp, que o STF interfira nas regras do jogo para desfazer o que está expressamente escrito na Constituição, deputado Gerson Claro. Eu tenho exemplos que li. Por exemplo, quanto à reeleição de mesa diretora da Câmara Federal, estava escrito: "não pode"; e o Supremo interpretou como: "pode". Quando nós permitimos que isso aconteça para perpetuar ou para apadrinhar um grupo que esteja temporariamente lá, nós trazemos problemas graves no longo prazo... O Supremo é o supremo guardião da Constituição, não das suas ideias, das suas súmulas, dos seus pensamentos. Não é este o sistema atual. Eu, que sentei nas bancas da faculdade, posso dizer que os advogados não têm, deputado Pedro Kemp, como dizer para o cliente para qual rumo o processo dele que vai seguir; porque cada turma, cada juiz, cada desembargador, cada ministro pensa como quer. Então, eu defendo cada vez mais o modelo positivista. Nós temos de jogar com as regras que estejam positivadas. Estou salientando isso porque o deputado Gerson Claro foi muito feliz em sua fala. Acho que tudo isso contribui para o discurso que estamos fazendo aqui. Independentemente do lado, as regras têm de estar postas pelo Parlamento e têm de ser por ele respeitadas. E o Parlamento tem de ter um instrumento próprio de cobrança das regras feitas pela Casa do Povo

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou conceder mais 2 minutos para Vossa Excelência concluir, deputado Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, senhor presidente. Quero parabenizar o deputado João Henrique por ter cumprido à risca o tempo de 3 minutos. Eu concordo com o pensamento de Vossa Excelência: as regras devem ser cumpridas por todos. Inclusive, quero dizer que a minireforma eleitoral é uma afronta justamente por isso que ele acabou de dizer aqui. As regras são aprovadas, os partidos não as cumprem, e agora querem anistiar os partidos que não cumpriram, deputada Gleice Jane, a cota das mulheres, por exemplo; não repassaram corretamente os recursos aos quais pela lei as mulheres teriam direito. Se queremos igualdade de condições na disputa eleitoral, os partidos têm de cumprir a norma. Nós já avançamos nesse sentido. Agora eles querem voltar atrás, querem retroceder, primeiro anistiando quem não cumpriu o que estava previsto, depois flexibilizando as regras. Acho que o debate é sempre muito salutar. Eu estou sendo informado aqui que o ministro Zanin acompanhou o voto do ministro Alexandre de Moraes. E nós esperamos que todos aqueles que tentaram a ruptura da democracia, que tentaram um golpe de estado, que tentaram colocar a República no chão, sejam exemplarmente punidos, para que prevaleça sempre a democracia e a fraternidade entre os brasileiros e brasileiras que desejam um país mais justo, mais fraterno e mais solidário. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e a todos que nos assistem pela TV Assembleia! Esta Casa sempre tem debatido muito a questão da saúde pública de Mato Grosso do Sul e principalmente de Campo Grande. Há uma demanda muito grande, uma demanda muito reprimida, em Campo Grande e em todo o estado, haja vista que mais de 60% da demanda do estado é atendida em Campo Grande. Bom, mas eu quero anunciar a esta Casa que a prefeita Adriane Lopes e seu partido, o PP, acabam de anunciar a construção do primeiro hospital público municipal de Campo Grande. Este é um grande avanço, uma grande conquista para a nossa cidade. Será um complexo hospitalar, com todo o sistema de especialidades e de exames. Será um hospital de portas fechadas, não será um sistema de pronto socorro, será um hospital que vai atender às demandas das Upas. Quero parabenizar a gestão da prefeita Adriane Lopes pela grande conquista para a população de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu gostaria de fazer um questionamento à Mesa Diretora sobre o Tribunal de Contas do Estado. O TCE é um órgão auxiliar desta Assembleia Legislativa; e atualmente três conselheiros daquela instituição encontram-se afastados por determinação judicial. O fato é que os julgamentos das contas dos municípios, principalmente, estão sendo feitos, e as pessoas que estão emitindo o parecer não têm a competência originária de julgar tais contas. Eu gostaria que esta Casa nos respondesse o seguinte: quanto tempo nós e a população de Mato Grosso do Sul teremos de esperar? Quanto tempo será o afastamento dos conselheiros? Porque isso, queiram ou não, representa também uma responsabilidade da Assembleia Legislativa. Esta Casa tem a responsabilidade de fazer com que aquele órgão funcione de maneira adequada, seguindo os preceitos legais. Então, senhor presidente, deixo aqui este questionamento. Solicito que Vossa Excelência nos traga uma resposta.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nobre deputado Coronel Davi, como sempre, Vossa Excelência traz com bastante serenidade temas importantes para Mato Grosso do Sul. A Mesa Diretora vai registrar a questão de ordem feita por Vossa Excelência, e assim que possível, num tempo bem razoável, vai lhe trazer as respostas. Queríamos registrar e agradecer a presença do senhor Denílson Dias, vereador do município de Laguna Carapã; do senhor Valdemir Martins Denir, vereador do município de Ivinhema; do senhor Gerson Gonzales, vereador do município de Ivinhema; do senhor Alex Cordeiro, vereador de Laguna Carapã; do senhor José Antônio da Silva, vereador do município de Ivinhema; do senhor Claudemir Batista da Rocha, o Claudião do raio-X, vereador de Ivinhema; da senhora Ivonete Mendonça Borba, vereadora do município de Ivinhema; do senhor Marco Antônio Benites, o Sargento Benites, vereador de Paranaíba; do senhor Márcio Gutierrez, vereador do município de Laguna Carapã; do senhor Ademar Dalboso, prefeito do município de Laguna Carapã; da senhora Alessandra Ribas, vereadora de Laguna Carapã; do senhor Valmor Flores, vereador de Laguna Carapã; e do senhor Maninho Vega, vereador de Laguna Carapã. Obrigado a todos pelas presenças. Os senhores são sempre muito bem-vindos. Levem um abraço dos deputados ao interior do estado. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há dezoito deputados presentes, senhor presidente. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Há mais três colegas on-line. Portanto são vinte e um.

SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Pedro Kemp - PT) — Exatamente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero registrar que estão on-line os deputados Roberto Hashioka, Zé Teixeira, Londres Machado e Lia Nogueira. Item 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 017/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Declara as instituições evangélicas como patrimônio imaterial e cultural do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer



favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 071/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado o autor do projeto, Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Quero comunicar aos deputados que foram abertas hoje as inscrições para a Corrida dos Poderes e que em menos de 2 horas foram feitas mil inscrições. Agora serão abertas mais mil inscrições. Acho que nós vamos abrir mais vagas, porque a corrida será um sucesso. Todos os deputados deverão se inscrever, não é, deputado Zeca? Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 029/2023. Autor: deputado Gerson Claro. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 029/2023, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).



Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Antonio Vaz Neto, mui digno deputado desta Casa. O deputado Londres Machado disse que eu estava concedendo este título ao colega Antonio Vaz com segundas intenções. Nada a ver, deputado, pode ficar tranquilo. Deputado Antonio Vaz, novo cidadão sul-mato-grossense. É uma honra para nós, caro deputado. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 213/2023. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Declara a região de Tarapacá, no Norte do Chile, estado irmão de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de sugerir ao deputado Pedrossian Neto que falasse um pouco sobre este projeto, para que possamos voltar com mais tranquilidade e firmeza.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito obrigado. Senhor presidente, nós participamos de uma reunião do governador do estado, Eduardo Riedel, com o governador da província de Tarapacá, que, na ocasião, veio visitar Mato Grosso

do Sul, para que estreitássemos os laços entre os dois estados e por conseguinte entre o Brasil e o Chile, dois países parceiros na questão da Rota Bioceânica. O governador Eduardo Riedel disse ao governador de Tarapacá que gostaria que os dois estados se tornassem irmãos para aprofundar a integração da Rota Bioceânica. Eu penso que através dos portos de Iquique e de Antofagasta sejam de fato uma oportunidade para o nosso estado escoar a nossa produção através do pacífico e assim atingir os mercados da China, do sudeste Asiático, da Índia, que são mais pujantes, que são grandes consumidores dos produtos de Mato Grosso do Sul. Então, eu penso que este seja mais um passo na direção da integração latino-americana, tendo o Mercosul como um dos grandes instrumentos para isso. Peço o voto favorável dos colegas deputados.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputado. Esclarecido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 213/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 237/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a "Semana de Conscientização e Incentivo à Mamanalgésia". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 237/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).



Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. O nome 'mamanalgésia' é difícil de se pronunciar; mas o projeto de lei vem em momento oportuno. Já está provado pelas autoridades em saúde que, quando a criança vai receber uma medicação injetável ou mesmo uma vacina, a amamentação serve como analgésico. Por isso o nome 'mamanalgésia'. Hoje, infelizmente, ainda existe um tabu com relação a isso. Muitos profissionais da saúde não têm essa consciência e não permitem que a mãe amamente a criança no momento da vacinação ou da alimentação injetável. Isso impacta a criança, que fica agitada, fica sentindo muitas dores, enfim. Agradeço os votos dos colegas. Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?



DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 246/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera dispositivos da Lei Estadual nº 5.466, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino e aprendizagem, sobre o processo de seleção dos dirigentes escolares e dos membros do Colegiado Escolar, no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências."

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de pedir vista deste projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Concedido. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 251/2023. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Confere ao município de Campo Grande o cognome 'Capital do Agro'." Ontem foi pedido vista deste projeto; ele retornou hoje, e está pautado para ser votado agora. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável,



por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 251/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pode declarar, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Ontem eu pedi vista deste projeto, que fala em conferir a Campo Grande o cognome Capital do Agro. Eu conversei com várias lideranças aqui de Campo Grande para compreender um pouco melhor o assunto. E, na minha visão, nós não temos essa competência; porque se trata da identidade de um município. Logo, esta proposta deveria ser debatida na Câmara Municipal de Campo Grande. Aliás, Campo Grande já tem um cognome poético, bonito, que é Cidade Morena. As pessoas se identificam com isso. Eu conversei com algumas pessoas, e elas me disseram que não têm essa identidade rural. Então, eu não me sinto na competência legislativa estadual de interferir num projeto que diz respeito a uma questão local, municipal. Eu até fiquei imaginando que, se o Senado ou o Congresso Nacional fizessem uma proposta de mudar o nome do nosso estado, sem que a gente tivesse feito o debate, eu não me sentir bem nesse processo. Então, como eu acho que isso não é da nossa competência, voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João César Mattogrosso?



DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, na primeira votação, eu voto favorável. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — senhor presidente, eu já votei favorável a este projeto na comissão de Constituição, Justiça e Redação. Não vejo inconstitucionalidade na matéria. Então, obviamente, o mérito é outra discussão. Portanto, eu voto favorável. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, neste momento estamos votando a constitucionalidade. Não havendo óbice inconstitucional, eu voto favorável. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, presidente. Nesta primeira votação eu vou votar favorável. Mas gostaria de que houvesse uma discussão maior com relação ao tema. Eu respeito muito o deputado Marcio Fernandes, mas creio que colocar Campo Grande como a Capital do Agronegócio é algo que carece de mais discussões. Campo Grande já é conhecida carinhosamente como Capital Morena. Há outros municípios do estado com mais força na produção agrícola. Podemos citar Maracaju e Chapadão do Sul. Como neste primeiro momento estamos votando a constitucionalidade, vou votar favorável. Mas eu gostaria de que, num segundo momento, fizéssemos um debate mais aprofundado sobre isso. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Senhor presidente, eu acho que precisamos discutir melhor o assunto. No entanto, neste primeiro momento, vou votar favorável. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Declaração de voto. Segundo uma pesquisa feita pelo IBGE, Campo Grande tem o maior faturamento bruto, no que diz respeito à produção agrícola, entre todas as capitais do país. Portanto já pode receber este título. Alguns deputados estão em dúvida por se tratar de uma cidade. Mas eu estou dizendo que, entre as capitais do país, Campo Grande é a que, na produção agrícola, teve o maior faturamento bruto — 1,2 bilhão de reais. Isso foi resultado de uma produção de 738 mil toneladas de produtos colhidos, em uma área plantada de 161 mil hectares, área muito maior do que a da segunda colocada. Portanto, já merecemos o título que estamos propondo. Precisamos apenas oficializar isso. Peço que os colegas compreendam que não estamos falando de municípios de modo geral, estamos falando de capitais. Maracaju, por exemplo, produz mais, concordo. Mas, entre as capitais brasileiras, Campo Grande é a primeira colocada na produção agrícola, com 1,2 bilhão de reais no ano de 2022, segundo a pesquisa realizada pelo IBGE. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Após a explicação do deputado Marcio Fernandes, vou votar favorável. Nós estamos falando de capitais. Dentro do estado há outras cidades que são líderes no agronegócio, Dourados, Maracaju, Ponta Porã. Mas foi muito boa a explicação do deputado Marcio; se bem que eu não confio muito nesse IBGE, porque ele conta os habitantes de modo errado. Acho que Campo Grande já passou de 1 milhão de habitantes faz hora. Mas, quanto à constitucionalidade do projeto, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, acho que a população de Campo Grande não se identifica com o cognome Capital do Agro. Quem mora no bairro Moreninhas, no Nova Lima ou no Aero Rancho não vê Campo Grande como a Cidade do Agro. Acho que o cognome Cidade Morena já pegou há muito tempo. Eu também desconfiei um pouco desses números, deputado Marcio Fernandes. Não sei não. Eu também ficaria com o cognome Cidade Morena. E acho que o nosso povo não se identifica com o agro. Então, vou contra também. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — É constitucional que a Assembleia faça essa definição. Contudo, mudar o cognome de Campo Grande merece um debate muito mais aprofundado, com certeza. E, inclusive, envolver a Câmara de Vereadores no debate é até uma precaução. Acho que devemos fazer uma discussão mais aprofundada, até porque tal mudança pode impactar a nossa cidade. Como disse o colega Pedro Kemp, quando a gente se refere ao nosso município, lembra de Cidade Morena, Capital Morena. Embora eu tenha uma simpatia natural pelo agro, e todos sabem disso, concordo que Campo Grande é a capital mais pujante no agro etc., o assunto envolve a identidade de uma cidade, a identidade de um povo; portanto, precisamos fazer um debate mais aprofundado sobre isso. Neste primeiro momento, estamos votando a constitucionalidade. A proposta é constitucional. Por isso vou votar favorável. Mas, num segundo momento, eu gostaria de fazer um debate mais aprofundado. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, o que o deputado Marcio Fernandes disse procede. Mas apelido pega. Se você conhece alguém por um apelido, não adianta. Podem até fazer uma lei com o objetivo de mudar o apelido e tal. Mas as pessoas se identificam pelo apelido. Cidade Morena já é um cognome com o qual estamos acostumados. Não sei se isso está no papel, mas todo o mundo conhece Campo Grande como Cidade Morena. Bom. Mas nós estamos votando a constitucionalidade. Eu não vejo óbice algum na matéria. Então, nesse primeiro momento, eu voto favorável. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Quero parabenizar o deputado Marcio Fernandes pelo projeto e dizer que o agro é um orgulho para a nossa capital. Óbvio que, se o PT votou contra, eu voto a favor. Voto sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — [Risos]. Ai meu Deus. Que fixação pelo PT, meu Deus do céu. Tem de fazer terapia, hein!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Diante do que a deputada Gleice Jane levantou e do debate da Casa, mesmo parabenizando o deputado Marcio Fernandes pela proposta, eu quero me abster do voto para me aprofundar melhor na matéria.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, como o cognome Cidade do Agro não vai alterar nada, porque há muitos municípios no Brasil mais produtivos e com muito mais renda do que Campo Grande. Sorriso, por exemplo, é uma das cidades mais ricas do país. Ontem eu disse ao deputado Marcio Fernandes que Campo Grande é a capital de setenta e oito municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Assim como Cuiabá é a capital de cento e setenta e oito municípios do Mato Grosso. Então para Campo Grande ser a Capital do Agronegócio, ela teria de envolver todos os municípios do nosso estado. Eu disse ontem e confirmei hoje, na pesquisa, Mato Grosso, hoje, produz 45 milhões de toneladas de soja; e Mato Grosso do Sul, 15 milhões de toneladas. Mato Grosso tem 12 milhões de hectares abertos; Mato Grosso do Sul, 4 milhões de hectares abertos. Mas 'isso não vai alterar o curso do rio'. Para mim, se colocar Mato Grosso do Sul como 'Estado do Pantanal' e Campo Grande como a 'Capital do Agro', não muda nada. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não sei de onde vem tanto orgulho, tanta paixão pelo tal do agro. Eu tenho um carinho relativo pelo agro, mas é pelo agro que cuida do meio ambiente; que não desmata como, estão desmatando o Pantanal; que não usa trabalho escravo, como temos visto aqui no estado; que não usa tanto veneno, prejudicando nossos rios. E essa história de que o agro movimenta o Brasil também é muito relativa. "O agro gera riqueza". Gera para o bolso de alguns. Portanto, essa é a minha análise inicial. Eu tenho o maior carinho pelo agro, tanto que fico conversando sobre coisas muito sérias com o meu querido deputado Marcio Fernandes. É verdade que a proposta em pauta é constitucional, mas eu acho que ela é inoportuna, indevida. A deputada Gleice Jane levantou uma coisa importante: o assunto deveria ser

discutido com a Câmara de Vereadores. Olhe, nós já temos aí o cognome Cidade Morena, e queremos mudar para Cidade do Agro. Eu posso até considerar a proposta constitucional, mas vou votar contra. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos favoráveis, quatro votos contrários e uma abstenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, cinquenta e seis indicações, uma moção de aplauso e oito moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 8. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Weverson Francisco Sales Roberto Flores. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Encerrada a Ordem do Dia. Hoje, por requerimento do deputado Pedrossian Neto, a Casa tem uma manifestação externa. Eu vou ler o requerimento dele. "Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 133/2020, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja franqueado o uso da palavra, no dia 14 de setembro, hoje, para a senhora Neia da Silva, diretora social da Associação Sul-Mato-Grossense de Fibrose Cística, como uma das ações do "Setembro Roxo". Parece-me que ela dividirá o tempo com a senhora Nelcila, presidente da Associação Sul Mato Grosso de Fibrose Cística. Como é de costume desta Casa, nós vamos passar a presidência ao nobre deputado Pedrossian Neto, já que ele é o proponente.

PRESIDENTE (deputado Pedrossian Neto - PSD) — Mais uma vez, bom dia a todos! Com a palavra, a diretora social da Associação Sul-Mato-Grossense de Fibrose Cística, senhora Neia da Silva.

SENHORA NEIA DA SILVA (diretora social da Associação Sul-Mato-Grossense de Fibrose Cística - ASMFC) — Bom dia a todos! Agradeço ao deputado Pedro Pedrossian Neto por indicar a esta Casa o uso da palavra por nós da ASMFC. Eu vim falar sobre a fibrose cística. Creio que a maioria das pessoas recebeu aí nosso informativo, que é um trabalho acadêmico de um aluno do ensino médio da Rede Estadual de Ensino. Estamos no "Setembro Roxo", mês de divulgação e conscientização da população acerca desta patologia. Creio que muitos aqui não conhecem esta doença rara, e genética, por isso estamos aqui hoje. Eu vou passar uns eslaides. Bem, a fibrose cística é uma doença rara, genética, que causa doenças nos pulmões e a deficiência do pâncreas. E com essas explanações, vamos fazer com que a patologia seja divulgada em nível estadual. Já existem leis municipais e leis estaduais sobre a doença. Nós temos aqui no estado um Centro de Referência para Tratamento da Fibrose Cística. E a gente quer fazer com que a doença seja divulgada cada vez mais conhecida. Nós estamos hoje em cerca de vinte e três municípios, e em cada um deles atendemos pelo menos uma criança com fibrose. A fibrose cística é conhecida como a doença do beijo salgado. Antigamente, não existia um tratamento adequado para isso; portanto, as crianças morriam com muita facilidade, elas não chegavam sequer à fase escolar. Hoje, com o

tratamento adequado, as crianças estão atingindo a fase escolar justamente por receberem um olhar diferenciado. A fibrose afeta a parte pulmonar das crianças, por isso a maioria delas usa balão de oxigênio; e também afeta o sistema digestivo, por isso as crianças precisam se ausentar da escola com bastante frequência. Isso faz com que elas não consigam ter uma vida social normal. Infelizmente a fibrose cística não tem cura, mas tem tratamento. Isso faz com que a criança tenha uma vida mais tranquila. A fibrose afeta o pulmão e o pâncreas, fazendo com que o corpo não produza a enzima pancreática. A doença é diagnosticada através do teste do pezinho, logo quando a criança nasce. A gente conseguiu implantar no estado, na triagem neonatal, o teste de fibrose cística. Quando não está no tempo de se fazer o diagnóstico, é feito o teste do suor, que é feito a partir dos quarenta e cinco dias de nascimento da criança. Sendo diagnosticada a doença, é feito o teste genético, porque há mais de duas mil mutações da doença. A Delta F-508 é a mutação mais comum da fibrose. A fibrose recebe a classificação do Cid-10, que abarca as manifestações pulmonares, as manifestações gastrointestinais e as mutações sistêmicas, que são as manifestações de outros órgãos, como por exemplo, o pulmão, o pâncreas, os rins, o intestino e também os testículos, porque muitas vezes os homens acabam ficando estéreis, porque com a doença não produzem semem em quantidade ideal. Quando é feito o tratamento adequado, o paciente ainda tem de levar uma vida com limitações; porém ele consegue produzir, viver em sociedade. O tratamento é feito através dos métodos nutricional, medicamentoso e principalmente o fisioterapêutico, porque a fisioterapia respiratória é muito importante para esses pacientes. O Centro de Referência, localizado, hoje, na Apae, faz com que os pacientes tenham qualidade de vida, chegando à fase escolar e à fase adulta. Isso faz com que eles adentrem, progressivamente, no mercado de trabalho. Um dos nossos principais objetivos é fazer com que o adolescente que está fazendo a transição para a fase adulta seja inserido no mercado de trabalho. Devido às frequentes internações, eles acabam se ausentando não só da escola, mas também do trabalho. Então um dos nossos objetivos é fazer com que o paciente permaneça no mercado de trabalho, produzindo para a sociedade. Querem saber um pouco mais sobre a fibrose cística? Vou indicar para vocês o filme chamado "A cinco passos de você", que fala justamente sobre esta patologia. Agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Pedrossian Neto - PSD) — Passo, agora, a palavra à senhora Nelcila Masselink. [11h17min].

SENHORA NELCILA MASSELINK (presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Fibrose Cística - ASMFC) — Bom dia a todas e todos! Agradeço a esta Casa de Leis pela oportunidade de falarmos aqui sobre a fibrose cística. As informações que estamos trazendo a todos são muito importantes. Eu tenho certeza de que muita gente não sabia o que é esta doença chamada fibrose cística. Eu vou lhes apresentar alguns slides. Bem, a finalidade da nossa associação está contida no artigo 2º do nosso Estatuto. A nossa luta é mais voltada para a defesa da garantia do direito. Nosso papel é, portanto, divulgar informações e conscientizar principalmente os gestores e os profissionais de diversas instituições aqui do estado. Como nossa ação é tripartite, portanto envolve o Governo Federal, estado e município, principalmente na adesão, no fornecimento, na conscientização quanto ao tratamento, e envolve também a família. Isso é primordial. Nesta tela temos o registro de alguns eventos. Nosso trabalho começou com reuniões e reuniões junto ao Ministério Público, para que o programa

viesses a existir em nosso estado. A associação atua no âmbito estadual. Nós participamos de vários eventos para obtermos mais conhecimento sobre a fibrose cística. Já obtivemos várias conquistas de 2009 para cá. Passamos por vários processos, como por exemplo, a resolução de 2011, que criou o 'Programa de Tratamento do Fibrocístico'. Nesta tela temos os 'motores' de todas as situações: a parte jurídica, a parte social e a família. O grupo brasileiro está mais voltado para a parte científica. Temos a Associação Brasileira de Assistência à Mucovacidose, que é a mesma coisa que a fibrose cística (fibrose cística é o nome mais comum da doença). O 'Unidos pela Vida' reúne todas as associações do Brasil voltadas para a fibrose. A Associação Sul-Mato-Grossense representa a família do fibrocístico e o próprio portador da doença. Na ação tripartite temos o Ministério da saúde, a Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, que também estão envolvidos. O Ited/Apae é o Centro de Referência, e conta com, no mínimo, seis especialidades, como por exemplo, pneumologista, cardiologista, nutricionista, entre outros. Quero falar também da importância do Poder Legislativo no que diz respeito a fazer com que a legislação seja cumprida. Então vocês que estão no poder têm o poder de fornecer esse direito aos cidadãos acometidos pela fibrose. Aqui neste eslaide temos o registro de reuniões. Mas não basta apenas pedirmos e fazermos movimentos aqui e acolá, temos de produzir conhecimento. Então nós temos palestras, temos encontros; fazemos a divulgação, enfim. Aliás, já existe a lei estadual da divulgação da fibrose; porém apenas no papel. O Estado, infelizmente, até o momento, não faz o que tem de ser feito, a gente precisa ficar correndo atrás, para que a coisa aconteça. Mas isso é importante, porque a gente aproveita para fazer a divulgação necessária. Aqui nesta tela temos um fibrocístico sendo atendido em um hospital. Após receber o tratamento adequadamente, está aí o resultado: ele estuda, vive bem. Destaco a importância de a família acompanhar a criança. Quanto aos eventos sociais que fazemos periodicamente, eles estão parados. Estamos há quase dois anos sem recursos para atender não só o pessoal do município de Campo Grande, como também os demais municípios onde há fibrocísticos. Saliento que há residentes com fibrose cística em vinte e dois municípios do estado. Temos cinquenta pacientes. Bom. Para finalizar, quero dizer que nós vamos precisar dos senhores deputados numa questão muito importante: nós queremos que a nossa associação seja reconhecida como de utilidade pública estadual; e vamos precisar de outras coisas mais, como por exemplo a elaboração de um projeto de lei visando à inclusão dos fibrocísticos nas cotas para o mercado de trabalho, faculdades, concurso público etc. Outra coisa. É necessário que as empresas compreendam a situação dos fibrocísticos. Isso também é fundamental. Daqui para frente, nós conversaremos mais e mais vezes, buscaremos soluções, faremos ações, para que os cidadãos sul-mato-grossenses fibrocísticos sejam acolhidos e vivam com mais qualidade. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Pedrossian Neto - PSD) — [11h30min]. Muito obrigado, senhora Nelcila e senhora Neia, por abordarem aqui nesta Casa este tema tão relevante: a fibrose cística, que se insere no conjunto de doenças raras. O Estado precisa se organizar para prover, de maneira adequada, os serviços de saúde a esses pacientes, para que eles tenham cidadania plena. E esta Casa de Leis não pode se eximir de tratar deste tema. Quero deixar registrado meu compromisso de tentar tornar de utilidade pública estadual a ASMFC), para que suas fontes de captação de recursos sejam ampliadas. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o



deputado Rafael Tavares. Não está presente. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h34min).